

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE SUCESSÃO FAMILIAR EM PRODUTORES RURAIS IDOSOS DE DIAMANTINO – MT

SOCIAL REPRESENTATIONS OF FAMILY SUCCESSION AMONG ELDERLY RURAL PRODUCERS IN DIAMANTINO – MT

REPRESENTACIONES SOCIALES SOBRE LA SUCESIÓN FAMILIAR EN PRODUCTORES RURALES MAYORES DE DIAMANTINO – MT

ADRIANA MANRIQUE TOMÉ

Doutorado em Psicologia pela UCES / Docente na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT ORCID iD <http://orcid.org/0000-0001-6001-1076>

NILTON SOARES FORMIGA

Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba, com estágio doutoral realizado na Universidade Rural do Rio de Janeiro, em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Atualmente é professor da Pós-graduação em Administração e Psicologia Organizacional (respectivamente, nível doutorado e mestrado) na Universidade Potiguar. ORCID iD <http://orcid.org/0000-0003-4907-9736>

RESUMO:

Até meados dos anos 1970, o processo de sucessão patrimonial de agricultores ocorria para o filho homem mais velho (primogênito) ou mais jovem (minorato) que se responsabiliza por cuidar dos pais durante a velhice. Há na sucessão familiar, mesmo que de forma intrínseca, a expectativa de perpetuidade, nutrida pela continuidade dos negócios como também nas questões familiares. Esta pesquisa objetivou compreender qual o significado de sucessão familiar para pequenos e grandes produtores rurais idosos de Diamantino – MT, para isso, foram entrevistados 28 produtores rurais idosos do sexo masculino e idade entre 65 e 87 anos, subdivididos entre produtores rurais cuja posse de propriedade(s) não ultrapassa 100 hectares classificado como pequeno produtor, e produtores com propriedade(s) que totalizam mais de 100 hectares. Para a análise, utilizou-se a Teoria das Representações Sociais e o método de análise de conteúdo do discurso. O significado atribuído à sucessão familiar foi classificado nas seguintes categorias: Conformismo familiar, Despreparo dos sucessores, Autonomia dos sucessores, Inaptidão familiar, Conformismo familiar e autonomia filial, e Afinidade família-rural. E foi possível se perceber que a sucessão não ocorrerá em todas as famílias e a aceitação das limitações impostas pelo envelhecimento impulsiona a passagem do patrimônio a os descendentes que adquiriram conhecimento e experiência no decorrer da vida.

Palavras-chave: Teoria das Representações Sociais; Sucessores; Família, Ruralidade.



ABSTRACT:

Until the mid-1970s, the process of property succession among farmers was passed on to the eldest son (primogeniture) or the youngest son (ultimogeniture), who took on the responsibility of caring for their parents in old age. In family succession, even if intrinsically, there is an expectation of perpetuity, fueled both by the continuity of the business and by family matters. This study aimed to understand the meaning of family succession for small and large elderly rural producers in Diamantino, Mato Grosso, Brazil. To this end, 28 elderly male rural producers aged between 65 and 87 years were interviewed, divided into small producers—whose property(ies) did not exceed 100 hectares—and large producers—whose property(ies) totaled more than 100 hectares. The analysis was based on the Theory of Social Representations and the content analysis method of discourse. The meaning attributed to family succession was classified into the following categories: Family Conformism, Successors' Unpreparedness, Successors' Autonomy, Family Inaptitude, Family Conformism and Filial Autonomy, and Family-Rural Affinity. It was observed that succession will not occur in all families, and the acceptance of the limitations imposed by aging drives the transfer of property to descendants who have acquired knowledge and experience throughout their lives.

Keywords: Theory of Social Representations; Successors; Family; Rurality.

RESUMEN:

Hasta mediados de la década de 1970, el proceso de sucesión patrimonial de los agricultores recaía en el hijo varón mayor (primogénito) o en el menor (últimogénito), quien asumía la responsabilidad de cuidar a los padres durante la vejez. En la sucesión familiar, incluso de forma intrínseca, existe una expectativa de perpetuidad, alimentada tanto por la continuidad de los negocios como por las cuestiones familiares. Esta investigación tuvo como objetivo comprender el significado de la sucesión familiar para pequeños y grandes productores rurales de edad avanzada en Diamantino, Mato Grosso, Brasil. Para ello, se entrevistó a 28 productores rurales varones, de entre 65 y 87 años, divididos en pequeños productores —cuya propiedad(es) no supera los 100 hectáreas— y grandes productores —cuyas propiedades suman más de 100 hectáreas—. Para el análisis, se utilizó la Teoría de las Representaciones Sociales y el método de análisis de contenido del discurso. El significado atribuido a la sucesión familiar se clasificó en las siguientes categorías: Conformismo familiar, Falta de preparación de los sucesores, Autonomía de los sucesores, Ineptitud familiar, Conformismo familiar y autonomía filial, y Afinidad familia-rural. Se pudo observar que la sucesión no ocurrirá en todas las familias y que la aceptación de las limitaciones impuestas por el envejecimiento impulsa la transferencia del patrimonio a los descendientes que han adquirido conocimientos y experiencia a lo largo de su vida.

Palabras clave: Teoría de las Representaciones Sociales; Sucesores; Familia; Ruralidad

1 INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento é multifatorial e subjetivo, e por este motivo cada indivíduo envelhece de uma maneira diferenciada. As condições biológicas estão intimamente relacionadas à idade cronológica, onde há um declínio harmônico e contínuo em todo o conjunto orgânico, que acelera com o avanço da idade. As condições sociais, e com ela a forma que a sociedade percebe o sujeito que envelhece, variam de acordo com o momento histórico e cultural de cada sociedade. A aposentadoria demarca as condições econômicas. Nos aspectos cognitivos, começam a ocorrer degradação da memória, atenção e concentração. E, por fim, as características funcionais esbarram na perda da independência, autonomia e aumento da necessidade de ajuda para desempenhar atividades diárias básicas (Azevedo, 2015; Dias, 2007; Ferreira, Maciel, Silva, Sá, Moreira, 2010).

A agricultura familiar se caracteriza pelo trabalho familiar, não assalariado, com produção diversificada de produtos animais e vegetais, com agricultura e criação animal durante todo o ano. Os laços familiares e comunitários se nutrem como forte componente do modo de existir da cultura familiar e do grupo social (Delgado, Bergamasco, 2017). Vasquez (2009, p. 860) apresenta nessas atividades agrícolas:

há o trabalho constante na lavoura, em todas as suas fases (preparo da terra, plantação, cultivo, manutenção e trato, colheita etc.), o trabalho com criações comerciais (gado, pequenos animais) e a responsabilidade pela produção de subsistência (horticultura, fruticultura, pequenos animais para consumo, como frangos e porcos).

No entanto, nos espaços rurais brasileiros entre as décadas de 60 e 70, houve a modernização da agricultura que favoreceu os grandes proprietários e consequente descapitalização dos pequenos produtores. Atualmente, isso reflete no frequente êxodo rural pela população jovem, que migra das pequenas propriedades em busca e novas oportunidades. Desta forma os espaços rurais brasileiros são habitados quase que exclusivamente por pessoas idosas (Delgado, Cardoso, 2000; Ferraz, Alves, Ferreti, 2017), e essa redução vem ocorrendo devido às poucas oportunidades, falta de motivação, despreparo e a configuração do trabalho na zona rural, sendo que, na zona urbana se concentram maiores oportunidades e melhores salários (Ferraz et al., 2017).

Silva (2017) ao analisar através de observação in loco e entrevista as dinâmicas socioeconômica e ambiental e a percepção dos agricultores familiares vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do município de

Diamantino-MT, constatou apesar da baixa escolaridade há preocupação com questões ambientais, praticando rotação e consórcio de culturas, evitam queimadas, plantam árvores, entre outros.

Há infraestrutura das propriedades, com casas de alvenaria, acesso à energia elétrica, porém, sem saneamento e a renda familiar varia de um a dois salários-mínimos. A participação da mulher no programa é vista como um ponto positivo, pois influência e garante a comercialização com preço justo, permanência na propriedade, aumento e a diversificação da produção e consequentemente a renda, proporcionando ampliação da residência, aquisição de equipamentos, veículo, saldar dívidas e melhorias de infraestrutura em geral (Silva, 2017).

Corroborando com os dados acima, Direito, Lício, Marson e Frutuoso (2015), afirmam que a pobreza em contexto rural se apresenta em diversas dimensões: dificuldade de acesso a serviços públicos básicos, moradias mais precárias, menos anos de estudo e menor capacidade de geração de renda, desemprego, e dependência de programas sociais de transferência de renda. Segundo Azevedo, Campanili e Pereira (2016) a falta de assistência técnica e de linhas de crédito adaptadas à diversidade da agricultura familiar são exemplos do pouco incentivo para esta categoria. *Em complemento, Albuquerque (2002, p. 40) acredita que*

para romper com o ciclo vicioso da dependência pela pobreza, seria importante que cada morador da zona rural tivesse acesso aos serviços básicos de moradia, educação, saúde e justiça, porque é através da presença do Estado nestes setores, que ele pode se livrar da dependência econômica e cultural em que vive.

Outro fator pela maior concentração de idosos do que jovens no meio rural é que os primeiros passaram boa parte de suas vidas na zona rural e acreditam que, se mudarem para a zona urbana, abandonarão parte de sua vida. Percebe-se dessa forma que, os laços afetivos, as questões culturais e a identificação com as atividades agrícolas são fatores importante para a permanência desses idosos na zona rural, mesmo que esta escolha venha acompanhada de menor rentabilidade, e exposição a riscos ocupacionais (Ferraz, et al., 2017).

Calegare (2015) ressalta ainda que assim como as regiões brasileiras se diferenciam umas das outras, também temos processos psicossociais peculiares nos diferentes contextos e ambientes rurais (regiões periféricas em processo de urbanização, agreste, assentamentos rurais, pequenas propriedades rurais, entre



outros). Para Carneiro (2012, p. 50) a ruralidade é “um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas”

Desta forma, “ruralidades” se refere às relações humanas estabelecidas pelas vivências que ocorrem em um espaço (imaginado ou concreto) permeado pelo encontro de aspectos geofísicos, psicopolíticos, socioculturais, entre outros, que caracterizam as práticas sociais, as identidades e o universo simbólico dos indivíduos (Calegare, 2017).

Este processo, segundo Calegare (2015, pp. 452-453), implica movimento em duas direções: reaproximação de elementos da cultura local segundo releitura possibilitada pela emergência de novos códigos; reaproximação de bens culturais e naturais do mundo rural pela cultura urbana, que possibilita alimentar a sociabilidade e reforçar os laços com a localidade. Disso resultam também expressões culturais singulares que representam a síntese ou a combinação dos universos culturais distintos, sustentadas em noções de espaço e tempo sociais diferentes entre si.

Rohm e Lopes (2015, p. 333) resgatam a perspectiva de o trabalho ser percebido como uma “condição fundamental na existência humana”, pois através dele o homem se relaciona com o meio externo, construindo sua realidade interna, se inserindo em grupos sociais, atuando em papéis e perpetua sua existência. O trabalho “por viabilizar a relação dos indivíduos com o meio, em um dado contexto, expressa-se como incessante fonte de construção de subjetividade, produzindo significado da existência e do sentido de vida” (Rohm & Lopes, 2015, p. 333).

O trabalho enquanto atividade se constitui em uma das principais fontes de significados e tem um papel fundamental na construção subjetiva da pessoa e mostra as articulações e interdependência que se estabelecem entre a história individual e as determinações socioculturais (políticas, econômicas e culturais) na inter-relação entre o homem e o ambiente em que está inserido. Segundo Stevenson (1976, pp. 72-73) “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência”.

Assim, a terra passa a ser um elemento de produção, reprodução e valorização das relações sociais, vinculadas aos arranjos espaciais de ocupação da terra, distribuição da infraestrutura e das moradias, que incluem as dimensões simbólica, afetiva, cultural, bem como os processos de herança e sucessão, muito além dos seus aspectos econômicos (Alentejano, 2000, p. 104).



Segundo Almeida, Magalhães e Féres-Carneiro (2014) e Matte, Spanevello e Andreatta (2015) a família é uma unidade privilegiada de transmissão de conteúdos que asseguram a sobrevivência do indivíduo no grupo familiar e social (seja através de um nome ou sobrenome, patrimônio, cultura, valores, profissão), e é fundamental para a construção da identidade do indivíduo pois a família é o elemento constitutivo da identidade do indivíduo, através do sentido de pertencimento e de diferenciação.

A transmissão geracional pode envolver a repetição consciente ou inconsciente dos padrões familiares, comportamentos, sintomas e escolhas, e “é nessa transmissão que reside a sobrevivência e a perpetuação da família” (Almeida et al., 2014, p. 455).

Até meados dos anos 1970, o processo de sucessão patrimonial de agricultores era orientado pelas tradições culturais, mais do que por cumprimento das leis. Desta forma, acabava que a sucessão da unidade produtiva ocorria para o filho homem mais velho (primogênito) ou mais jovem (minorato) que se responsabiliza por cuidar dos pais durante a velhice, deixando de lado parte da família, principalmente as mulheres, durante este processo (Stropasolas, 2011).

Há na sucessão familiar, mesmo que de forma intrínseca, a expectativa de perpetuidade, nutrida pela continuidade dos negócios como também nas questões familiares. Segundo Flores e Grisci (2012, p. 326) negócios de cunho familiar tendem a buscar sua sobrevivência ao longo do tempo “principalmente porque carregam, dentro de si, o que se denomina sonho do fundador e, em decorrência, de seus parentes próximos, numa interessante e complexa mistura, que envolve relações familiares, sociedade patrimonial e, muitas vezes, trabalho em conjunto”.

Em muitas famílias o fundador acredita que a melhor forma de dar continuidade ao seu trabalho e empresa é se o poder da mesma for entregue ao seu herdeiro, geralmente o primeiro filho homem. Portanto, desde cedo, o pai insere o filho no ambiente de trabalho, seja com pequenas visitas semanais, como a delegação de uma pequena função, participação em reuniões de negócios, para que o filho possa acompanhar a rotina da empresa e aprender com o pai como lidar com inúmeras situações, e assim estar preparado para quando precisar gerir os negócios da família (Almeida et al., 2014; Debesaitis, 2013; Silva, 2015b; Volpato, Vieira, Zilli, Santos, 2018).

Em pesquisa, Mendonça, Ribeiro, Galizoni e Augusto (2013) constaram que 90% dos sucessores herdaram casa e unidades de produção (além de outros recursos



como animais, engenhos de cana-de-açúcar e alambiques, equipamentos relacionados às atividades produtivas) e continuaram exercendo as mesmas atividades, valorizando o patrimônio e memória da família. Os demais, se tornaram agricultores em outros municípios, se casaram com herdeiros (as) e compraram terra.

Além disso, os entrevistados declaram estratégias para melhorar sua unidade produtiva: seja pelo trabalho, economizando recursos, gerando poupança que guardam em casa ou no banco, investimento em criações como gado, porco ou galinha, que, apesar das despesas e do tempo investido nas criações (é necessário plantar capim, fazer silagem, alimentar o animal e, às vezes, comprar ração), ainda são compreendidas como importantes para fazer o dinheiro girar (Mendonça et al., 2013).

Porém em outras famílias, não existe o interesse do herdeiro em participar dos negócios que o pai construiu e quando chega a hora da sucessão ele não está devidamente capacitado, se sentindo excluído quando o pai procura um profissional capacitado para cuidar das funções que deveriam ser do herdeiro (Spanevello, Matte, Andreatta, Lago, 2017).

Carneiro (2001, p. 25) explicita que, o sistema de herança passa por dois momentos: “a escolha do sucessor – aquele que assegura a continuidade da exploração agrícola e a manutenção do grupo familiar – e a partilha dos bens, diretamente associada ao primeiro”. Com relação à partilha dos bens, pode-se resolver mantendo o patrimônio de forma completa ou fracionada, no entanto, esta segunda forma pode inviabilizar a sua produtividade.

Silva (2015b, p. 31) afirma que o processo sucessório em unidades agrícolas se dá baseado no ciclo da vida familiar, passando por quatro estágios: 1) o estágio inicial, quando as crianças dedicam seu tempo aos estudos e iniciam os trabalhos na propriedade sob a supervisão dos pais; 2) o segundo, quando se intensifica a participação das crianças no trabalho; 3) o terceiro, quando são delegadas mais responsabilidades em termos de técnicas e métodos produtivos, aumentando a responsabilidade dos filhos dentro da família; 4) o quarto, quando o pai se retira da administração da propriedade e transfere totalmente o patrimônio para a geração seguinte.

Assim, o processo de ensino-aprendizagem ocorre na prática diária, e a terra é o local de treinamento dessa prática, formando futuros agricultores. Percebe-se ainda que não basta o indivíduo nascer em um contexto de agricultura familiar, é necessário



ainda que durante sua vida, ele receba os conhecimentos do modo de fazer, através das trocas de saberes e transmissão, intergeracional, do saber prático puro, sem teoria. “O compartilhamento desse saber dá-se no próprio trabalho, no dia a dia, no saber fazer, no aprender observando, no fazer executando” (Silva, 2015b, p. 35).

Em pesquisa se Mendonça et al. (2013, p. 452): a educação formal influenciou pouco na ocupação desses(as) lavradores(as). Foram os conhecimentos tradicionais da agricultura que deram a base para sua permanência no campo, pois começaram ainda crianças a aprender a trabalhar na terra da família, acompanhando os pais e passando depois às pequenas tarefas. Ao se tornarem adultos, o trabalho intensificou-se até que aprenderam todas as atividades rurais. O saber foi apreendido pelo trabalho: os pais explicavam o serviço, os (as) filhos (as) experimentavam, os pais supervisionavam, corrigiam, e de novo explicavam. Assim dominaram as técnicas produtivas e a gerência da unidade de produção.

Assim, percebe-se que os conhecimentos são transmitidos por meio do fazer-aprender, que começa ainda na infância, e trabalham com a família na lavoura, no beneficiamento e na comercialização de produtos (Mendonça et al., 2013). No entanto, como ressaltam Matte et al. (2015) e Silva (2015a) a agricultura familiar atualmente tem passado por momentos de tensão e instabilidade, ocasionadas pela migração dos jovens do meio rural para os centros urbanos, que ocasionam diminuição da mão de obra e ameaça a continuidade do trabalho nas unidades produtivas familiares.

Até meados dos anos 1960 os filhos dos agricultores expressavam desejo em permanecer no meio rural, no entanto, esta realidade mudou e os jovens com menos de 20 anos rejeitam esta ideia (Camarano, Abramovay, 1998). Conforme expõe Stropasolas (2011) muitos filhos sucessores sofrem o dilema de “ficar ou sair”, principalmente nas pequenas propriedades.

Estes fatores *“não resultam apenas de fatores endógenos às famílias agricultoras, mas são também influenciados pelas consequências de problemas estruturais ainda não resolvidos no mundo rural”, como, por exemplo, tecnologias que poupem a mão de obra e que elevem o padrão da agricultura. No entanto, estas tecnologias muitas vezes não são adequadas para a realidade dos agricultores com áreas menores e atividades mais diversificadas, comprometendo ainda mais a saúde e a qualidade de vida daqueles que atuam nas atividades agrícolas (Stropasolas, 2011, p. 29).*



Matte e Machado (2016) elencaram os fatores que influenciam a decisão dos jovens em sair dos estabelecimentos rurais: dificuldade de acesso ou condições de adquirir novas terras; ausência de expectativa de geração de renda; maior grau de escolaridade (busca pelo ensino formal, ou nível superior), que representa novas oportunidades de ascensão social; ausência de estímulo à permanência por parte dos pais; desvalorização da identidade de agricultor e/ou crise na agricultura ou atividades não agrícolas mais atrativas; ausência de reconhecimento por parte dos pais e/ou na participação das decisões produtivas; ausência de remuneração pelo trabalho do filho; dificuldades no trabalho agrícola: cansativo, falta de horário, baixa valorização social, baixos rendimentos, falta de lazer; carência de apoio governamental aos jovens rurais; entre outros.

No entanto, quando não se tem a continuidade, perde-se a identidade social familiar amadurecida até ali, com os valores simbólicos, visão de mundo, concepção de trabalho, moral, entre outros, que são transmitidas pelos pais aos filhos, e, como ressalva Abramovay et al. (1998, p. 36) “a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios e pela própria sociedade”.

Breitenbach, Mazocco e Corazza (2019) acreditam na necessidade de se desenvolver ações com crianças e adolescentes, filhos de agricultores familiares, objetivando resultados a longo prazo, de forma a resgatar e valorizar a identidade de agricultor e jovem rural e demonstrar para as crianças e jovens rurais a importância econômica e social da produção rural, apresentando e discutindo aspectos positivos de viabilidade econômica destas atividades.

No entanto, como expressa Silva (2015b, p. 37), não são todos os filhos, que não desejam seguir as atividades dos genitores, complementando que, “a profissão de agricultor é a que, entre todas, apresenta o maior número de filhos que seguem as atividades dos pais”. Em complemento, Deggerone (2014) identificou alguns fatores atrativos para a permanência do jovem nas atividades rurais: autonomia e poder do jovem, remuneração pelo trabalho executado na zona rural, diversificação na produção e possibilidade de aumento da renda, possibilidade de qualificação profissional e existência de políticas públicas para o desenvolvimento rural e continuidade da agricultura familiar.

A inexistência de sucessores pode significar que a propriedade saia das mãos da família e passe para outros proprietários. Carneiro (1998a, 1998b), Spanevello et



al. (2017) e Troian e Breitenbach (2018) identificaram diferentes destinos para as propriedades sem perspectivas sucessórias: podem vir a ser alugadas para vizinhos que permanecem na atividade agrícola (arrendamento), vendidas, deixadas para os filhos tomem a decisão final, como também podem ficar abandonadas.

Silva (2015a) expõe a respeito do destino do patrimônio, avaliando como distinto e variável. Quando ocorre a venda, os pais utilizam o dinheiro para adquirir casa e outros bens no meio urbano. Se houver sobra de recursos financeiros, tendem a dividir entre os filhos, ou ajudar aquele que não esteja bem instalado, ou que não tenha emprego. Há casos em que o agricultor insere pessoas externas aos membros familiares para que possam cuidar dele durante o processo de envelhecimento, nestes casos os filhos são excluídos da divisão dos bens, e utilizam a propriedade como forma de pagamento para quem vier a residir com ele e ampará-lo na velhice.

Desta forma, esta pesquisa objetivou compreender qual o significado de sucessão familiar para pequenos e grandes produtores rurais idosos de Diamantino – MT. Para tal, utilizou-se a Teoria das Representações Sociais, que postula que a interação humana e a comunicação cotidiana nos grupos sociais influenciam nos conhecimentos que o indivíduo social acumula por meio das experiências, informações, saberes e modelos de pensamento que recebe e transmite pela tradição, educação e comunicação social (Jodelet, 1989, 2001; Moscovici, 1978).

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa contemplou 28 produtores rurais do município de Diamantino – MT, divididos em dois grupos: o primeiro grupo foi composto por produtores rurais cuja posse de propriedade(s) não ultrapassa 100 hectares classificado como pequeno produtor, e o segundo grupo foi composto por produtores com propriedade(s) que totalizam mais de 100 hectares. A divisão de pequeno ou grande produtor se baseou na dimensão de um módulo fiscal para o município de Diamantino – MT (Lei nº 6.746, 1979).

Por ser um estudo desenvolvido no Brasil, foram adotados todos os procedimentos obedecendo os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Assim, o projeto será submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), apresentando todos os termos de acordo com as exigências da



resolução 510/2016 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS-Conselho Nacional de Saúde.

O questionário foi aplicado aos idosos de forma individual, de acordo com a disponibilidade do tempo e espaço físico em suas residências. Estes entrevistados foram contatados por meio do Sindicato Rural de Diamantino (SRD). Cada idoso que participou da pesquisa foi solicitado a indicar outros participantes, dentro do método bola-de-neve; estes, foram convidados a participar de forma voluntária, anônima e privada para responder as questões apresentadas. Nenhum deles foi obrigado a participar da pesquisa, podendo desistir a qualquer momento.

Aos participantes que concordaram em participar da pesquisa, por vontade própria, solicitou-se a assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde se informou o objetivo do estudo, bem como, os riscos e benefícios e em seguida o próximo passo do estudo, que foi responder o questionário.

Após a coleta de dados, foi feita a transcrição integral das gravações. O questionário sociodemográfico foi analisado por meio de estatística simples. E a partir do material transcrito, e, tendo em vista a grande quantidade de respostas obtidas, preliminarmente submeteu-as a uma análise de semântica do conteúdo, por meio da Análise de Conteúdo do Discurso (Bardin, 2009) possibilitando, uma primeira análise léxica e lógico-estrutural de seus conteúdos, pois, segundo Bardin (2009, p. 14) “por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sendo que convém desvendar”.

Os estudos realizados por meio das representações sociais, conforme Moscovici (1981), possibilita-nos a compreensão social por meio da cultura e sociedade na qual o sujeito está inserido, pois, indivíduo, grupo e sociedade são indissociáveis na apreensão do saber cotidiano, o que faz com que as representações sociais sejam constantemente alimentadas por conhecimentos originados na experiência cotidiana e pelas reapropriações dos significados consolidados historicamente.

Segundo a Teoria das Representações Sociais (TRS) a interação humana e a comunicação cotidiana nos grupos sociais influenciam nos conhecimentos que o indivíduo social acumula por meio das experiências, informações, saberes e modelos de pensamento que recebe e transmite pela tradição, educação e comunicação social, construindo uma compreensão própria sobre determinando fenômeno e originando o senso comum e as “filosofias de vida” (Jodelet, 1989, 2001; Moscovici, 1978).



As representações sociais, por sua vez, são um corpo de conhecimentos organizados e uma das atividades psíquicas, que possibilitam ao indivíduo a integração à grupos sociais, fornecendo-lhe valores, noções e práticas para que possa se orientar no contexto social e material (Moscovici, 1961/2003), pois possibilitam aos indivíduos entenderem e comunicarem o que sabem. Jodelet (1984) explicita que as representações sociais podem surgir de várias formas: imagens, sistemas de referências, categorias e teorias.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A família, permite a transmissão de conhecimentos que irão assegurar a sobrevivência do indivíduo no espaço social; os sucessores, carregam consigo, muitas vezes, um nome ou sobrenome que lhe identifiquem como pertencendo à determinado grupo familiar e/ou social, e, com o sentido de pertencimento e de diferenciação, a família é fundamental na construção de identidade dos seus membros (Almeida et al., 2014; Matte et al., 2015).

A sucessão familiar, ou transmissão geracional, poderá ocorrer por meio do nome, sobrenome, patrimônio, cultura, valores, profissão, entre outros, e será marcada pela repetição dos padrões familiares. Esta repetição garantirá a “sobrevivência e perpetuação da família” (Almeida et al., 2014, p. 455). Para Almeida et al. (2014) e Comassetto e Savoldi (2012) a sucessão envolve três perspectivas: a sobrevivência das empresas, os comprometimentos da empresa no âmbito da família, e a possibilidade da geração sucessora dar continuidade ao legado do sucedido.

Referente a questão “o que significa sucessão familiar para você?”, foram classificadas as seguintes categorias emergentes do construto sucessão familiar: Conformismo familiar, Despreparo dos sucessores, Autonomia dos sucessores, Inaptidão familiar, Conformismo familiar e autonomia filial, e Afinidade família-rural, conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Categorias emergentes na questão “O que significa sucessão familiar para você?”.

	Nt	NPp	NGp
Conformismo familiar e autonomia filial	28,57	31,25	25
Conformismo familiar	25	25	25



Sem sentido	21,42	18,75	25
Despreparo dos sucessores	10,71	18,75	0
Autonomia dos sucessores	7,14	0	16,66
Inaptidão familiar	3,57	6,25	0
Afinidade família-rural	3,57	0	8,33

Fonte: construção dos autores. **Nota:** Nt: Número total; NPp: Número Pequenos Produtores
NGp: Número Grandes Produtores

A categoria *Conformismo familiar*, aqui percebida como tendência do indivíduo em aceitar sem questionamentos uma situação, mesmo lhe sendo incômoda ou desfavorável, está alicerçado na subcategoria Aceitação e Conformismo familiar e Aceitação familiar e imperativíssimo pessoal do sucedido. Para Tondo (2008) e Volpato et al. (2018), o processo de sucessão acontece em todos os tipos de organizações, podendo estar relacionado ao envelhecimento, doença ou morte de seus gestores. O Sujeito 2 explicita em seu discurso a subcategoria *Aceitação e Conformismo familiar* com o processo de sucessão, percebendo-o com naturalidade: “Eu acho normal né. Porque, se eu não consigo trabalhar, alguém tem trabalhar né. Então tem que ser meus filhos, meus netos.”

O processo de sucessão deve ser conduzido gradualmente pelo responsável da família, enquanto este ainda tem condições de saúde física e mental, pois este processo não é apenas a passagem do poder, mas também a passagem do conhecimento do sucedido ao sucessor, aonde o mesmo deposita a sua confiança, e respeito ao sucedido escolhido para gerir os negócios da família, já que o fundador precisa ou quer se afastar (Matte et al., 2015; Moreira, Schlindwein, 2013; Spanevello et al., 2017; Volpato et al., 2018).

O Sujeito 23 explicita em seu discurso a respeito deste processo: “É dar continuidade nos bens da família, no patrimônio da família, né? Isso aí é sucessão. Continuar... agricultura, né? Pecuária... os filhos, né? É o processo, ele acontece através dos anos... de ter alguém da família, filho, acompanhando a atividade, né? Para adquirir experiência, né? Porque num tem condições de substituir de uma hora para outra, né? Tem que ter acompanhamento, né? É o que tá acontecendo agora, né? Entende? Tá adquirindo experiência, né? Entende? Que a gente tá pretendendo continuar, né? Na pecuária...”

No discurso acima ainda é possível exemplificar a afirmativa de Volpato et al. (2018) de que além da sucessão familiar existe também a sucessão profissional,



estando a segunda baseada no conhecimento teórico e prático que o sucedido tem a passar para o sucessor.

Por outro lado, ocorre situações em que o sucedido reconhece a necessidade de haver a sucessão, no entanto, deseja que seja conforme suas regras, denominado nesta tese como a subcategoria *Aceitação familiar e imperativíssimo pessoal do sucedido*, o que pode ser percebido no discurso do Sujeito 13: *“De vez em quando eles falam “Eu vou fazer uma casa aqui no canto, eu vou fazer outra casa lá no outro lugar”. Eu disse “até que eu não der autorização, ninguém faz”. (risadas).*

Flores e Grisci (2012) denominam este tipo de situação como “dilema dos pais-sucedidos” e explicam que ao mesmo tempo em que o pai-sucedido tem consciência da necessidade da sucessão familiar, é igualmente confrontado com inúmeros dramas pessoais, medos e ansiedades. No entanto, Passos Bernhoeft, Bernhoeft e Teixeira (2006) reforçam que a decisão e o planejamento da sucessão só são viáveis de acontecer com a permissão do pai-sucedido.

A categoria *Autonomia dos sucessores*, refere-se à capacidade do indivíduo de se governar pelos próprios meios, alicerçado na subcategoria *Aceitação familiar x autonomia positiva*. Já a categoria *Conformismo familiar e autonomia filial* é nesta pesquisa compreendida como a autorização para que os filhos tenham independência e liberdade para tomar decisões, se responsabilizando pelos próprios atos e consequências, alicerçado nas subcategorias *Aceitação familiar*, *Aceitação familiar x autonomia filial* e *Aceitação familiar x Proteção filial*.

O sujeito 9 explicita a respeito da liberdade que o sucessor tem nas atividades, demonstrando a subcategoria *Aceitação familiar x autonomia filial* da categoria *Conformismo familiar e autonomia filial*: *“Daquela que vai vindo “dos pai”, e filho, e neto... Hoje mesmo ainda tava falando na televisão... A sucessão familiar, é se os filhos tiver vontade de levar pra frente... qui’nem vamos supor, tocar, assumir a função do sítio... não eu vou assumir, e vou tomar conta, e mesmo que a gente fique ajudando, auxiliando, mas eles pega, e toma a frente!”*

Ploeg (2008, p. 63) comenta que a sucessão na agricultura deve ser analisada como parte de um fluxo de três tempos: passado-presente-futuro, onde se adota a estratégia de uma geração trabalhar para que a seguinte tenha melhores condições: “os pais trabalham para seus filhos”, o que pode ser percebido no discurso do Sujeito 7 (subcategoria *Aceitação familiar*): *“Muita alegria. Porque elas são meu sangue, minhas filhas... Primeiramente Deus, assim eu tenho por mim, essa parte, nós não*



vamos mistura uma pessoa particular com os filhos né?! Não sei se a senhora é mãe, mas eu sou pai, então toda a vida a mãe e o pai trabalha para os filhos”.

Para Moreira e Schlindwein (2013) é necessário que se delegue responsabilidades ao sucessor o mais cedo possível para que este se adapte aos comandos de forma gradual, e se necessário sejam feitas possíveis correções. O Sujeito 20 explicita em seu discurso a respeito da continuidade e possíveis mudanças no decorrer do processo: *“significa muito bom, por causa que é uma convivência que vem vindo e passando de um pro outro. Por exemplo, eu vou passar pros filhos, e os filhos vão passar pros netos, dando continuidade nos trabalhos. Cada um muda um pouco, mas aí já é uma coisa boa, né?!. Este discurso exemplifica a subcategoria Aceitação familiar x autonomia positiva da categoria Autonomia dos Sucessores.*

Gomes, Moreira, Evangelista, Antunes e Ribeiro, (2015) complementam ainda que o processo de sucessão poderá envolver duas ou mais gerações, e que este processo poderá envolver não apenas a família, mas também o patrimônio financeiro e a empresa. Desta forma, o Sujeito 24 explica sobre a importância da organização de documentos e itens afins para facilitar o acesso dos sucessores e manter a coesão familiar (emergente na subcategoria Aceitação familiar x Proteção filial): *“Eu sou consciente de tudo isso aí. Inclusive, já estou em testamento né!? Pra poder deixar as pessoas... Declarando os qual são pros filhos né!? E a minha mulher que estou hoje. A minha mulher e meus filhos. Que chegar o dia deles receber as coisas, que deixa aí né!? Então eu já estou com os papéis já arrumado, pra deixar pra eles. Dá esse direito pra eles. Ainda falta termina um pouco, mas já está quase feito. Guardar o direito, pra depois não ter problema ne. São em três. Cada filho é de uma família né!? Minha filha é da primeira, a outra é da segunda e essa minha filha é dessa... Então se eu deixo bagunçado, vai ser difícil pra eles. Vai ser difícil pra eles se acertar, que já não são muito ligado. Então é isso que estou fazendo, declarando certinho.”*

A categoria Afinidade familiar-rural refere-se à vinculação das características familiares e rurais, alicerçado na subcategoria Aceitação familiar x autonomia filial x identidade rural e pode ser exemplificado pelo discurso do Sujeito 25: *“significa quem vai continuar tocando o que a gente tem. A gente tem que lutar até o fim da vida, e depois deixar pros filhos. Aí o que eles quiserem fazer. Meus filhos, eles falam que eles não vem, que eles vão vender e pronto. Sabe por que? cada um vem com sua natureza. O Felipe nunca vai pra lavoura, ele é só sentar e caneta, estudo. A Roberta também, mesma coisa. Eles foram criados de outra forma, eles não tem o sabor da*



roça. Então, pra eles, é nada. Na época em que eu estudava, a gente morava nunca chácara, era pertinho da cidade e tudo, mas assim, quando não estava na escola, meu pai levava a gente pra fazenda. Ai fica no sangue da pessoa. Eu via o que meu pai fazia e já entendia desde pequeno.”.

É possível verificar, no discurso do Sujeito 25, o desinteresse dos sucessores em dar continuidade às atividades rurais. Segundo Matte et al. (2015) e Silva (2015b) atualmente ocorre grande migração dos jovens para os centros urbanos, o que ocasiona a diminuição da mão de obra e ameaça a continuidade do trabalho agrícola. Dentre os principais fatores relacionados com a migração do meio rural pode-se citar os conflitos entre gerações, falta de autonomia e renda dos jovens, bem como problemas de diálogo entre gerações, no entanto, outras questões, de ordem subjetiva também estão envolvidas, como a forma como os jovens examinam sua realidade e suas motivações, como significam a si mesmo e aos outros.

Almeida et al. (2014), Brandt (2015) e Silva (2015b) afirmam que apesar do processo sucessório gerar grande expectativa, as opiniões de sucedidos e sucessores devem ser levadas em consideração, pois cada grupo familiar tem particularidades e a preparação do sucessor resultará em sucesso ou fracasso.

Lodi (1978) ressalta ainda que o sucedido não deve forçar a entrada dos filhos no negócio familiar, a menos que a empresa precise com urgência, pois isso reduzirá a eficácia da sucessão devido à falta de profissionalização do sucessor, conforme percebe-se no discurso do Sujeito 21 (Categoria *Conformismo familiar*, subcategoria *Aceitação e Comodismo familiar*): *“olha, o amanhã eu não sei. Eu sei o presente. Amanhã eu não sei. Eu vejo muita família ai que tinha de tudo, ou tem de tudo, e depois desmancha em pouco tempo que você sai. Então, eu não sei o amanhã, se vai continuar, ou se não vai. Eu vejo interesse dos filhos, mas eu não posso falar...”.*

Esta preparação nos leva à categoria Despreparo dos sucessores, relacionada à ausência de conhecimento e preparação dos indivíduos que irão assumir a responsabilidade que lhe é direcionada, alicerçado nas subcategorias Destinação x despreparo, Sucessão sem continuidade, Aceitação familiar x descaso e despreparo e Proximidade Familiar.

Almeida et al. (2014) e Kischener, Kiyota e Perondi (2015) ressaltam que o despreparo teórico e prático do sucessor pode fazer com que este se sinta inseguro em gerir os negócios e/ou tome decisões equivocadas, prejudicando a continuidade das atividades rurais. Este despreparo pode ser exemplificado no discurso do Sujeito



4 (subcategoria *Sucessão sem continuidade, Aceitação familiar x descaso*): “No caso ficar pra eles? Ah, isso ai eu acho que o que eles pode fazer é vender o que tem, e ficar lá onde eles estão. Porque se ficar no sitio e não tiver uma renda por fora, não dá. Só o sitio não vai conseguir sobreviver.”

O Sujeito 1, reside com os filhos que ainda são criança, e manifesta desejo em deixar a propriedade rural para o filho primogênito, para que este cuide até os mais novos terem idade de assumir a propriedade (Subcategoria *Destinação x despreparo*): “Eu queria entrar na justiça, pra quando eu não puder mais, ai eu entregar para o meu filho mais velho. Eu entregar para o meu filho mais velho tomar conta, para os mais novos. Pra os mais novos.”. Segundo Mendonça et al. (2013) a escolha dos sucessores em geral não obedece a critérios de sexo ou padrões de idade ou escolaridade, mas é uma escolha feita pelo sucessor daquela que terá a responsabilidade moral de guardar a memória familiar junto com a terra e conservar os costumes da comunidade. Segundo Carneiro (1998a, 1998b), Spanevello et al. (2017) e Troian e Breitenbach (2018) quando não há sucessores, as propriedades tendem a passar para outros proprietários, podendo ser: ser alugadas para vizinhos que permanecem na atividade agrícola (arrendamento), vendidas, deixadas para os filhos tomem a decisão final, como também podem ficar abandonadas.

O Sujeito 15 em seu discurso apresenta a subcategoria Proximidade Familiar, no entanto, explicita dificuldade em dar continuidade do processo de sucessão familiar: “Há! Sucessão familiar significa assim que o familiar são aquelas pessoas que plantam né!? São as pessoas que plantam, colhem, vendem né!? Que nem nós faz lá. A sucessão familiar a gente tem que trazer os filhos né, pra vim junto. Mas hoje é difícil.”. Em contrapartida Silva (2015b) explicita que, a profissão de agricultor é que a apresenta maior número de filhos sucessores.

A categoria Inaptidão familiar, compreende a dificuldade ou ausência de habilidade para exercer atividades parentais, e esta alicerçado na subcategoria de mesmo nome, conforme discurso do Sujeito 6: “Hoje, vou bem dizer pra você que, hoje, os filhos da gente, hoje, e os netos, não é igual era no outro tempo. Porque no outro tempo, que eu fui criado, muitos “foi” (foram) criado (criados) dentro na roça, ou seja, aqui dentro da cidade, a lei do outro tempo, o pai e a mãe é quem mandava nos filhos. Hoje não é bem assim. Hoje não é bem o pai e a mãe que manda no filho. Porque começa assim, se você arruma seu filho pra estudar, ai o filho não pode trabalhar, sair chegar da escola, e não trabalha com o pai porque é proibido. Ele é



bem assim. Ai o pai não pode executa (bater, punir) esse filho dele porquea lei num briga assim, se o cê (você) “aforçar” (forçar) seu filho, ele já vai, corre denunciar o pai com a mãe lá no Conselho Tutelar lá. (Ele diz) “oh, meu pai tá me forçando pra mim trabalhar”, “meu pai me bateu “nem mim”, pro modo de eu trabalhar”. Então, a diferença ficou ai. Ai quando eles vencem o estudo deles, tá com 18 (dezoito) anos, que já é “de maior” (maior de idade), né? 18 (dezoito) para 20 (vinte) anos. Ai ele já não faz aquele serviço que o pai com a mãe fazia, que o pai faz. Porque ele não aprendeu, porque ele não quis trabalhar junto com o pai porque oh... a lei, não obriga, o pai não pode forçar o filho. Deus me livre! Se o pai bater... se eu pegar uma foice e dar para um filho meu (e dizer) “oh, vai roçar aquele mato ali”, ele não vai. (Ele responde) “ai, eu não vou porque...” (eu digo) “não, você vai roçar aquele mato lá”. (O filho responde) “eu não vou, pai!”. (Eu insisto) “vai, meu filho!” (ele responde) “não, eu não vou”. Ai eu pego um chicotinho e dou uma lapadinha nele e ele já fica contra o pai, né? Então hoje a diferença tá nesse tipo.”

O discurso acima, entra em consonância com o que Silva (2015b, p. 35) afirma: o compartilhamento do saber “dá-se no próprio trabalho, no dia a dia, no saber fazer, no aprender observando, no fazer executando”, não bastando o sucessor nascer em contexto de agricultura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a representação de sucessão familiar está vinculada ao Conformismo familiar, que é relatado pela aceitação das limitações impostas pelo envelhecimento e a consequente passagem do patrimônio e do conhecimento para os descendentes continuarem as atividades exercidas pelo sucedido. O aprendizado e a aquisição de experiência para o êxito na sucessão são feitos no decorrer da vida, quando os filhos e netos acompanham o sucessor nas atividades. No entanto, alguns idosos têm consciência que após a passagem pode ser que não haja continuidade, mas essa decisão é dos descendentes.

Os idosos manifestam otimismo e confiança na sucessão familiar, pois o patrimônio construído não pertence ao sucedido, mas a todos os membros familiares. Por mais que os sucessores se responsabilizem pelas atividades, os idosos pretender dar suporte necessário, mas sem intervir na decisão dos filhos, inclusive se, mais para



a frente os filhos desejarem se desfazer dos bens adquiridos pelo idoso. Nos casos em que há conflito entre os irmãos, os idosos acreditam que a dissolução do patrimônio é a melhor opção.

Nos casos em que há Despreparo dos sucessores os idosos justificam conflitos familiares intensos ou desinteresse dos filhos pelas atividades rurais, mas pretendem que os filhos mais velhos assumam a responsabilidade dos bens familiares, até que os mais novos tenham condições de responder por si. Alguns idosos estão otimistas de que o patrimônio familiar será valorizado pelos descendentes e atingirá as próximas gerações (filhos, netos e bisnetos). Em outras situações, o idoso percebendo a separação dos sucessores, já se precaveu e dividiu o patrimônio familiar mesmo contra a sua vontade, entregará partes iguais para os filhos que terão Autonomia para destinar o patrimônio conforme o próprio desejo.

A Inaptidão familiar é reconhecida como um dos motivos para que não haja sucessão familiar, pois os sucedidos não conseguiram fazer com que os sucessores gostassem das atividades rurais e desejassem dar continuidade àquilo que pertence à família. Em outros casos, os filhos não mantêm Afinidade familiar-rural e já manifestaram desinteresse em continuar as atividades rurais. O desejo dos filhos é respeitado pelo sucedido, que justifica esse desinteresse como incompatível com a “natureza” dos filhos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. UNESCO, 1998.

ALBUQUERQUE, F. J. B. Psicologia Social e Formas de Vida Rural no Brasil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 37-42, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-37722002000100005>.

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, v. 15, p. 87-112, 2000. Disponível em: <https://agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/362>.

ALMEIDA, M. E.; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Transmissão geracional da profissão na família: repetição e diferenciação. **PSICO**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 454-462, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.4.15344>.



AZEVEDO, A.; CAMPANILI, M.; PEREIRA, C. Caminhos para uma agricultura familiar sob bases ecológicas: produzindo com baixa emissão de carbono. IPAM, 2016.

AZEVEDO, M. S. A. O envelhecimento ativo e a qualidade de vida: uma revisão integrativa. 2015. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Enfermagem do Porto, Porto, 2015. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10776/1/marta%2020%20de%20abril%20-%20tese%20final%20-%20pdf.pdf>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRANDT, G. T. Sucessão Familiar em empresas do agronegócio. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/111797>.

BREITENBACH, R.; MAZOCCO, C. C.; CORAZZA, C. C. G. Estímulo à sucessão familiar na bovinocultura de leite: relato de experiência. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 10, n. 1, p. 25-33, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24317/2358-0399.2019v10i1.10555>.

CALEGARE, M. G. A. Rural-urbano, estudos rurais e ruralidades: saberes necessários à Psicologia Social. In: LIMA, A. F.; ANTUNES, D. C.; CALEGARE, M. G. A. (org.). **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil**. São Paulo: Abrapso Editora, 2015. p. 473-457.

CALEGARE, M. G. A. Rumo a uma abordagem psicossocial da florestalidade (ruralidade) amazônica. In: RASERA, E. F.; PEREIRA, M. S.; GALINDO, D. (org.). **Democracia participativa, Estado e laicidade? Psicologia Social e enfrentamentos em tempos de exceção**. São Paulo: Abrapso Editora, 2017. p. 285-300.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 45-66, 1998. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3929.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998a.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, 1998b. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135>.

CARNEIRO, M. J. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade. In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, Campinas, SP, 2001. Anais [...]. Campinas: UNICAMP, 2001.

CARNEIRO, M. J. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, M. J. (org.). **Ruralidades contemporâneas: modos de**



viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p. 23-50.

COMASSETTO, L. R.; SAVOLDI, D. A. A comunicação como fator para a sucessão e transformação na agricultura familiar. **Esferas**, v. 1, n. 1, p. 111-119, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19174/esf.v0i1.2953>.

DEBESAITIS, E. Idas e vindas ao meio rural: sucessão familiar. 2013. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Três Passos, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87435/000907233.pdf?sequence=1>.

DEGGERONE, Z. A. A permanência dos jovens nas unidades de produção familiares na Região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2014. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/487/1/2013ZenicleiaAngelitaDeggerone.pdf>.

DELGADO, G.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DELGADO, G.; CARDOSO, J. C. Jr. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60.** Rio de Janeiro: Ipea, 2004. p. 293-319.

DIAS, A. M. O processo de envelhecimento humano e a saúde do idoso nas práticas curriculares do curso de fisioterapia da UNIVALI campus Itajaí: um estudo de caso. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2007. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Alexsandra%20Marinho%20Dias.pdf>.

DIREITO, D.; LÍCIO, E.; MARSON, N.; FRUTUOSO, J. R. Perfil socioeconômico das pessoas e famílias residentes no meio rural sob a ótica do cadastro único para programas sociais. In: MELLO, J. (org.). **A inclusão produtiva rural no Brasil sem miséria: o desafio da superação da pobreza no campo.** Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2015. p. 136-159.

FERRAZ, L.; ALVES, J.; FERRETI, F. A vulnerabilidade ocupacional do idoso no meio rural. **Saúde e Transformação Social/Health and Social Change**, v. 8, n. 1, p. 1-14, 2017. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/4165>.

FERREIRA, O. G. L.; MACIEL, S. C.; SILVA, A. O.; SÁ, R. C. N.; MOREIRA, M. A. S. P. Significados atribuídos ao envelhecimento: idoso, velho e idoso ativo. **Psico-USF**, v. 15, n. 3, p. 357-364, 2010. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712010000300009>.



FLORES, J. E., Jr.; GRISCI, C. L. I. Dilemas de pais e filhos no processo sucessório de empresas familiares. **Revista de Administração**, v. 47, n. 2, p. 325-337, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-21072012000200012>.

GOMES, G. S.; MOREIRA, K.; EVANGELISTA, S.; ANTUNES, T. C.; RIBEIRO, P. E. Planejamento sucessório: um desafio para as empresas familiares. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, jul. 2015. Disponível em: <https://eumed.net/cursecon/ecolat/br/15/empresas-familiares.html>.

JODELET, D. Reflection sur le traitement de la notion de representation sociale em psychologie sociale. **Communication**, v. 6, n. 2, p. 14-41, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/comin.1984.1284>.

JODELET, D. **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-44.
KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrário**, v. 16, n. 33, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/845/84544434007/html/index.html>.

BRASIL. Lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6746.htm.

LODI, J. B. **A empresa familiar**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1978.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.19093/res.v18i37.3981>.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; ANDREATTA, T. Perspectivas de sucessão em propriedades de pecuária familiar no município de Dom Pedrito – RS. **Holos**, n. 1, p. 144-159, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2015.1964>.

MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; AUGUSTO, H. A. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 2, p. 445-463, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-30982013000200006>.

MOREIRA, F. G.; SCHLINDWEIN, M. M. Relações de poder na sucessão da gestão na agricultura familiar: uma análise no assentamento Santa Olga em Nova Andradina/MS. **Fronteiras: Revista de História**, v. 15, n. 27, p. 105-118, 2013. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/4525/2315>.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise: sua imagem e seu público**. Paris: PUF, 1961/2003.



MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PASSOS, É.; BERNHOEFT, R.; BERNHOEFT, R.; TEIXEIRA, W. **Família, família, negócios à parte: como fortalecer laços e desatar nós na empresa familiar**. São Paulo: Gente, 2006.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ROHM, R. H. D.; LOPES, N. F. O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. **Caderno EBAPE.BR**, v. 13, n. 2, p. 332–345, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395117179>.

SILVA, P. V. Dinâmica socioeconômica e ambiental dos agricultores familiares vinculados ao programa de aquisição de alimentos do município de Diamantino – MT. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, 2017. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/dinamica-socioeconomica-e-ambiental-dos-agricultores-familiares-vinculados-ao-programa-de-aquisicao-de-alimentos-do-municipio-de-diamantino-mt.pdf>.

SILVA, S. I. A produção em área da agricultura familiar e sua vinculação com o agronegócio: estudo de caso do PA Carimã em Rondonópolis/MT. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/49022089-A-producao-em-area-da-agricultura-familiar-e-sua-vinculacao-com-o-agronegocio-estudo-de-caso-do-pa-carima-em-rondonopolis-mt.html>.

SILVA, V. T. C. Jovens que permanecem no campo: a sucessão na agricultura familiar em dois municípios gaúchos. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132855>.

SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A.; ANDREATTA, T.; LAGO, A. A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, p. 348-372, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.40.348-372>.

STEVENSON, L. **Sete teorias sobre a natureza humana**. São Paulo: Editora Labor do Brasil, 1976.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 8, n. 1, p. 26-29, 2011. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2019/10/artigo-5-4.pdf>.

TONDO, C. **Desenvolvendo a empresa familiar e a família empresária**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008.





TROIAN, A.; BREITENBACH, R. A. Questão da juventude na contemporaneidade: estudo dos projetos de vida em Arroio do Tigre/RS. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 44, p. 260-284, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.44.260-284>.

VASQUEZ, G. C. F. A Psicologia na área rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, n. 4, p. 856-867, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-98932009000400015>.

VOLPATO, D.; VIEIRA, A. C. P.; ZILLI, J. C.; SANTOS, G. S. O compartilhamento do conhecimento em uma empresa do setor do vestuário localizada na cidade de Criciúma, SC a partir do processo de sucessão familiar. **Revista Navus**, v. 8, n. 2, p. 101-111, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22279/navus.2018.v8n2.p101-111.621>.

